

AUTOR:

MOVIMENTO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS

APENSADOS



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Legislação Participativa

DATA DE ENTREGA

11/08/2008

EMENTA:

Sugere a realização de um seminário junto a Comissão de Legislação Participativa para debater sobre a "polícia que temos e a polícia que queremos - um olhar da sociedade"

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 114/2008
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: SOCIEDADE DE APOIO AOS DIREITOS HUMANOS /MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH

CNPJ: 032.902.132/0001-03

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (X) Outros (MOVIMENTO)

Endereço: SEPN Qd. 506, Bloco C, Subsolo, Sala 34

Cidade: BRASÍLIA **Estado:** DF **Cep:** 70740-503

Fone/Fax: (61) 3273.7320

Correio-eletrônico: mndh@mndh.org.br

Responsáveis: Coord. Nac.: ALDENICE RODRIGUES TEIXEIRA/
GILSON CARDOSO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas “a” e “b” do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do(a) Movimento supramencionado(a), encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 11 de agosto de 2008.

Sonia Hypolito
Secretária

REQUERIMENTO 2008

(Da Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos, entidade jurídica representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH para Comissão de Legislação Participativa - CLP)

Requer a realização de um seminário junto a Comissão de Legislação Participativa para debater sobre a Polícia que temos e a Polícia que queremos, um olhar da sociedade.

Senhor Deputado Adão Pretto Presidente da Comissão de Legislação Participativa,

Considerando o disposto no Artigo 24, Inciso III e no Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência seja submetido ao Colegiado dessa Comissão a proposta de realização de um seminário que irá abordar o tema Polícias – a que temos e a que queremos.

A esse respeito, esclarecemos que o presente requerimento se deve porque nos acontecimentos violentos em vários Estados Brasileiros está por trás uma prática policial repressora, arbitrária e que não condiz com o Estado Democrático de Direito. Além do mais Senhor Presidente é preciso parar e fazer uma reflexão mais aprofundada que polícia a nossa sociedade quer de fato, é claro que a sociedade como um todo não tem em mente e nem aspira a um modelo democrático de polícia, pois tem fortes influências de setores arbitrários que preferem que a polícia seja um aparelho de repressão. Contudo, fazer esta reflexão é abrir espaço para um debate sério e crítico que leva a busca de alternativas.

Para a Audiência Pública, requeremos que sejam convidados como parceiros da Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos/MNDH, a Pastoral Carcerária e o Fórum Nacional de Ouvidores e como convidados para falar no seminário: o Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Direitos Humanos ambas da Câmara dos Deputados, entre outros a convidar posteriormente.

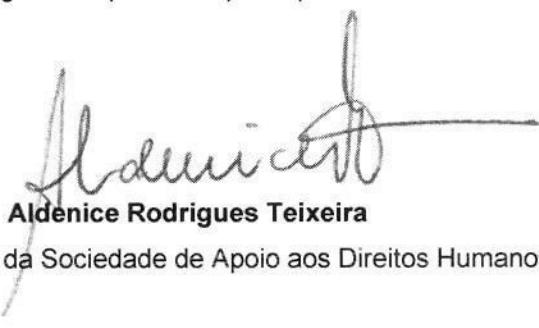
JUSTIFICAÇÃO

O Seminário a Polícia que temos e que queremos, um olhar da sociedade tem a intenção de debater as práticas ilegais das polícias, a forma como aborda e lida com a sociedade civil, as diferentes abordagens realizadas tendo em vista a classe social, a raça, orientação sexual, o gênero e a questão geracional. De outro lado discutir como construir uma polícia que reflita uma sociedade democrática e que realize o que determina a Constituição Federal de 88 e ainda como a sociedade civil organizada pode fazer o controle social da atividade policial.

As polícias na atualidade ainda atuam como aparelhos repressores e que mantém a ordem em detrimento das pessoas, além de tratar no dia-a-dia os cidadãos e cidadãs de maneira diferente e discriminatória. É preciso passar a limpo este setor público, retirar sua forte marca ditatorial, buscar construção de polícia cidadã, capaz de levar segurança pública a todos e todas de forma igualitária e respeitando as diferenças existentes entre as pessoas.

Os últimos fatos envolvendo as polícias e a sociedade mostra um rastro de sangue, dor e desespero e que em geral os cidadãos e cidadãs comuns não sabem o que fazer e nem se perguntam sobre que Polícia Queremos. As pessoas em geral pedem Justiça e Segurança e não se questionam sobre a atuação de um dos operadores de Segurança que são as Polícias. Por isso, cabe a nós sociedade organizada buscar o debate sério, aprofundado em conjunto com essa casa legislativa no sentido de buscarmos um modelo de Polícias condizente os valores democráticos, humanos.

Diante o exposto, este Seminário almeja resgatar os fundamentos constitucionais da atividade policial, assim como demonstrar a ilegalidade praticada pelas polícias.



Aldenice Rodrigues Teixeira
Coordenadora da Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos